

UMA NOVA TENTATIVA...

***Roberto Rodrigues**

Em meados de julho, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Deputado Mendes Ribeiro Filho, instalou em Brasília o Comitê Estratégico para assessorá-lo na formulação das políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável do agro brasileiro. O grupo conta com cinco ex-Ministros da pasta, com os presidentes das principais entidades de representação do setor produtivo rural - CNA, OCB, ABAG, SRB - com deputados e senadores ligados à bancada agrícola, com destacados líderes da sociedade civil urbana e até com membros de outros organismos governamentais. Com isso, Mendes Ribeiro busca alguns objetivos: contar com a experiência de seus antecessores de outras épocas, com a colaboração dos principais líderes setoriais e do Parlamento; mas sobretudo ele procura reforçar sua posição política no interior do governo.

Na verdade, ele já tem obtido bons resultados com seu trabalho, graças à sua habilidade política (é claramente muito respeitado por seus pares da Câmara dos Deputados) e suas boas relações pessoais com sua Chefe maior. O mais recente destes resultados no estímulo à produção agropecuária foi o Plano Agrícola e Pecuário para a próxima safra, no qual os recursos de crédito rural cresceram, as taxas de juros caíram, as cooperativas foram apoiadas, o seguro rural evoluiu e, sobretudo os médios produtores receberam mais incentivos. Este último ponto é muito importante, porque os médios produtores vem sofrendo pela inexistência de planos específicos para eles, como já têm os pequenos (felizmente muito bem assistidos) e como já não precisam os grandes, que se viram por conta própria. Mas os médios, que são os principais responsáveis pela democracia no campo, tema fundamental para o crescimento harmonioso da economia rural, estavam perdendo capacidade de resistência e deixando a atividade. O Pronamp, programa especial para eles, é, portanto uma conquista muito bem vinda.

Todos estes sucessos se devem também ao excelente núcleo técnico que assessora o Ministro, constituído majoritariamente por gente competente do MAPA, cuja qualidade profissional é reconhecida e respeitada pela burocracia do Planalto.

Mas nada disso é suficiente, e o Ministro sabe disso. Enquanto ele e sua equipe fazem das tripas coração para conquistar espaços para os produtores brasileiros, e com isso atenderem a um clamor internacional pelo crescimento da nossa produção agropecuária no sentido de melhor abastecer o mundo e mitigar a fome de milhares de cidadãos nos países emergentes, outros órgãos do mesmo governo não estão alinhados com o MAPA e emperram o avanço do setor.

São inúmeras e recorrentes as queixas quanto à morosidade do registro de novos defensivos agrícolas, compostos por moléculas mais modernas e muito menos agressivas ao meio ambiente, que podem ser aplicadas em doses menores, o que reduz o uso de água e combustíveis na aplicação.

Também são intensas as reclamações a respeito das posições do IBAMA, do INCRA, da FUNAI, da ANVISA e outros órgãos, para citar apenas algumas instituições que até podem ter boas intenções, mas erram na dose. A morosidade para a obtenção da outorga da água para a irrigação, da licença de desmatamento legal, a burocracia para a obtenção de crédito rural (e aqui louve-se a atuação do Banco do Brasil que vem buscando permanentemente melhorar a sua atuação), são alguns outros gargalos citados.

Claro que a lei tem que ser cumprida, e quem estiver fora dela é passível de punição. O que não parece correto é a lentidão das providências legais, eventualmente filha dos preconceitos contra o agro, frutos da ignorância ou da desinformação.

Tudo isso está na agenda do Comitê, que na verdade, deve ajudar o Ministro a **defender** um grande projeto para o desenvolvimento sustentável do agro brasileiro, um Código Agroambiental, que emerge naturalmente após a Rio +20.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**